*Artigo

A renovação da política tradicional

Sou cuiabano. Nasci nesta cidade há 26 anos. Filho de Cuiabá e filho de um homem do qual me orgulho e tenho a honra de ter convivido até 2015 – quando cumpriu sua missão na Terra e agora está junto de Deus. Esse homem é o ex-vereador Clóvis Hugueney Neto, o Clovito.

Do meu pai herdei muito coisa, entre elas a paixão pela política. Sou o mais jovem vereador eleito para a legislatura 2017/2020 da Câmara de Cuiabá, pelo Partido Progressista (PP). Embora jovem, trilho pelos caminhos da política desde muito cedo.

Na convivência diária com a política pude observar suas nuances. Bagagem que me faz ter uma postura de crítico ferrenho da velha política; da má-política. Não é à toa que a Câmara se renovou em mais de 50% e vejo que a população cuiabana entendeu que faço parte do rol de renovação da política tradicional.

Aproveito para agradecer aos 3.576 votos de confiança que recebi de mulheres e homens de bem que acreditam – assim como eu – que a política é transformadora e se renova a todo o momento. Não vou medir esforços para honrar essa confiança.

Acredito que a política é a capacidade de se indignar, de se preocupar, de servir as pessoas, de atuar pelas necessidades da maioria. A política é uma forma de luta e o político é que pode ajudar "os lutadores" a ter voz. Quero ser a caixa de ressonância daqueles que precisam mais.

Política pra mim vai além do administrar a Coisa Pública, de fiscalizar os gestores, de propor leis. É isso também, mas é, principalmente, dar voz às pessoas.

É por isso que me sensibilizo tanto com assuntos como a Saúde. Isto é, com o caos que é a saúde pública. É inadmissível a situação das instituições públicas de saúde. Concordo que muito se fez pela Saúde Municipal nos últimos anos, mas o cenário ainda continua digno de cena de filme de terror quando se entra num Pronto Socorro.

Sei que é reflexo de décadas de abandono e de um olhar político omisso. Quero me empenhar nesse assunto. Se eu terminar meu mandato tendo lutado, e muito, pela melhoria da saúde pública cuiabana, vou sair feliz dessa legislatura e com a sensação de dever cumprido.

Eu sei e senti na pele – com a doença de meu pai – o quando sofre o doente e quanto sofre a família do doente durante o processo de tratamento e não ter o mínimo de atendimento é crueldade. Justo no momento mais frágil do ser humano é preciso que a mão do poder público funcione.

Como vereador, vou desempenhar minha missão de legislar e fiscalizar e, além do propósito de atuar pela Saúde, quero contribuir com a experiência que adquiri como secretário-adjunto de Trabalho e Desenvolvimento Econômico do município.

No período em que estive na Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico ajudei a estruturar programas para a capacitação profissional de jovens, que contou com o apoio de iniciativas privadas. Ações nesses moldes terão meu apoio e incentivo. O jovem necessita ser ouvido, motivado e de ter oportunidades. Assim, vamos ajudar a construir uma sociedade mais justa, honesta e produtiva.

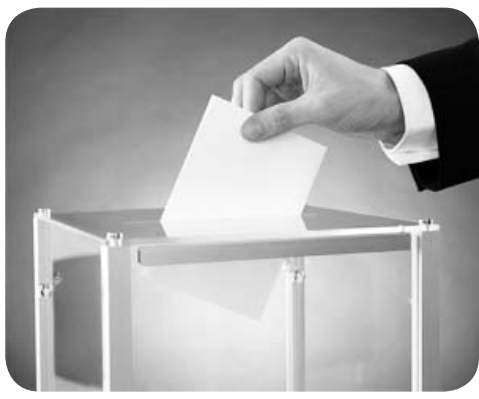
É por acreditar na renovação da política que também estou apoiando o candidato a prefeito Emanuel Pinheiro. Aos amigos que acreditaram em mim e sabem que vou trabalhar com garra e seriedade, peço para avaliarem o nome de Emanuel Pinheiro com quem poderei fazer um bom trabalho por Cuiabá.

***Vinicius Hugueney é vereador eleito pelo PP para a legislatura 2017/2020 da Câmara de Cuiabá**

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabíola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Maykon H. M. Campos
Guilherme Coutinho
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

"Por um Sindicato Livre e Transparente",é campeã do SSERP



Aconteceu durante todo o dia de sexta-feira, 26, a eleição a presidência do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Tangará da Serra-MT, (SSERP) biênio, 2017/2018. Para a disputa, quatro chapas registraram a candidatura, sendo que a chapa "Por um Sindicato Livre e Transparente", tendo como candidato a presidente Claudinei Eduardo Pereira e vice, Caetano Bett Manfrim, saiu vencedora, com aproximadamente, 157 votos. A eleição foi realizada na sede do Sindicato, situada na Rua Celso Rosa Lima, N° 437-N Centro. Na oportunidade foram escolhidos também, 1º e 2º tesoureiro, 1ºe 2º secretário, além de mais cincos conselheiros fiscais. A posse provavelmente acontecerá no dia, 02 de janeiro de 2017 e a nova gestão estará a frente do sindicato por dois anos, sendo 2017/ 2018.

Morte

Segundo informações colhidas no Hospital Municipal, sobre a morte da criança por suspeita de meningite, a confirmação ou descarte somente poderá ser confirmada com a resposta do exame de cultura que foi realizado, para então saber, inclusive qual tipo de meningite foi a que levou ao óbito, uma vez que a mesma se divide em várias.

Meningite

Ainda de acordo com informações extraoficiais, os profissionais e o local onde a criança ficou internada já passaram pelo procedimento de profilaxia e desinfecção, o que descarta a proliferação/contágio da doença, como os grupos de bate papos diziam ontem,conclamando inclusive as pessoas a não buscarem atendimento no Hospital Municipal.

Queda

Mato Grosso registrou queda de 19% no desmatamento no bioma da Floresta Amazônica entre agosto de 2015 e julho de 2016. Durante este período, foram aproximadamente 1,2 mil km² desmatados, frente aos 1,6 mil km² registrados no período anterior, também de 12 meses. Deste número, 95% do desmate foi realizado em áreas onde a ação não era autorizada.

Retração

Desde 2015 os indicadores da economia brasileira apontam para uma grave recessão, acompanhada de uma avalanche de demissões e um total desarranjo financeiro no mercado. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2015 a economia sofreu uma retração de 3,8%, a maior desde 1990. Para 2016, as projeções não são diferentes.

*Bastidores da Política

OAB

Uma das principais sugestões da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) seccional Mato Grosso para a reforma tributária é a criação de um período de transição para as empresas detentoras de incentivos fiscais inconstitucionais, mas que cumprem as exigências do fisco estadual, não sejam prejudicadas. Atualmente, Mato Grosso, concede incentivos fiscais inconstitucionais para atrair investimentos.

Inconstitucionalidade

Dessa forma, todos incentivos concedidos via Programa de Desenvolvimento Industrial de Comercial de Mato Grosso (Prodeic) seriam inconstitucionais, pois não foram aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O que os estados fazem é aproveitar dessa situação favorável até o Supremo Tribunal Federal (STF) declarar a inconstitucionalidade do incentivo.

Vitória

A Advocacia Geral da União, ao contrário do que defende o governo de Mato Grosso, manifestou-se pela constitucionalidade da lei estadual número 8.278 de 2004 que define o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como fator para o reajuste anual do vencimento dos servidores do Executivo Estadual, a tão comentada Revisão Geral Anual (RGA).

"Amicus Curiae"

A Ação Direta de Inconstitucionalidade foi proposta pela Procuradoria Geral da República e tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). O Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde de Mato Grosso (Sisma), que e conseguiu integrar a ação como "amicus curiae" (amigo da corte), comemora o parecer da AGU pela constitucionalidade da lei estadual.

No Muro

Parlamentares da bancada federal de Mato Grosso admitem votar a favor do projeto de lei que prevê anistia ao caixa 2 - dinheiro oficialmente não contabilizado e declarado à Justiça Eleitoral -, que está programado para ser levado ao plenário da Câmara dos Deputados amanhã. A anistia não está escrita textualmente no projeto que será levado ao plenário para votação.

Anistia

Da maneira como foi redigida, diversos juristas entenderam que a nova regra poderia gerar interpretações variadas no sentido de perdoar todos os crimes relacionados ao caixa 2, entre eles corrupção, lavagem de dinheiro e peculato. Oficialmente, nenhum parlamentar se apresenta como o autor da emenda ao projeto de lei intitulado "10 Medidas de Combate à Corrupção".

Articulação

A movimentação que uniu toda a classe política é observada como resultado de uma articulação diante da delação premiada dos executivos da Odebrecht que está prestes a ser firmada com o Ministério Público Federal (MPF) para contribuir com as investigações da Operação Lava Jato da Polícia Federal. O deputado federal Ságuas Moraes (PT), sinalizou ser a favor do projeto.

Repúdio

O único parlamentar mato-grossense abertamente contrário à anistia é Victorio Galli (PSC). A proposta gerou protestos do Movimento Brasil Livre (MBL) e uma nota de repúdio do juiz federal do Paraná, Sérgio Moro, que conduz as ações penais derivadas da Operação Lava Jato. Em Mato Grosso, a juíza,Selma Arruda, gravou um vídeo no qual classificou de "golpe" a iniciativa dos parlamentares.

Fávaro propõe pedágio e quer concessionária em estrada na terra indígena

Para tentar liberar o asfalto no trecho da BR-158 que corta a reserva indígena Marãiwatsédé, onde hoje vivem cerca de mil índios xavantes, na região de Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia, o governo de Mato Grosso decidiu propor o pagamento de uma taxa aos índios, a partir da instalação de um pedágio na rodovia. A informação foi veiculada pelo jornal Estado de S.Paulo, deste domingo, 27 de novembro.

A proposta, do vice-governador e atual secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Carlos Fávaro, é que uma concessionária assuma a gestão da estrada, com o compromisso de repassar aos indígenas uma parte do valor arrecadado com o pedágio, que iria para um fundo administrado pelos próprios índios.

A sugestão foi apresentada em uma reunião realizada no mês passado com a presença de representantes do governo do Estado, lideranças indígenas, membros do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e da Fundação Nacional do Índio (Funai).